COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 2.4.2009
COM(2009) 158 final

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES

Uma nova parceria para a modernização das universidades: Fórum da UE para o Diálogo UNIVERSIDADES-EMPRESAS

{SEC(2009) 423
SEC(2009) 424
SEC(2009) 425}

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES

Uma nova parceria para a modernização das universidades: Fórum da UE para o Diálogo UNIVERSIDADES-EMPRESAS

(Texto relevante para efeitos do EEE)

1. UM TEMA DE IMPORTÂNCIA CADA VEZ MAIOR

As universidades[1], com o seu triplo papel de prestadoras dos níveis mais elevados de ensino, de investigação de ponta e de inovação pioneira, estão no centro do triângulo do conhecimento da Europa, podendo constituir líderes essenciais da ambição da Europa de vir a tornar-se a mais avançada economia e sociedade do conhecimento a nível mundial. Este potencial tem sido reconhecido a nível das decisões políticas da UE desde a cimeira de Hampton Court de Outubro de 2005, muito embora seja também evidente a necessidade de que as universidades evoluam, se pretendem explorar todo esse potencial. São nove as áreas de acção identificadas na Comunicação da Comissão intitulada «Realizar a Agenda da Modernização das Universidades: Ensino, Investigação e Inovação», de Maio de 2006[2]. Desde então, a agenda da modernização foi objecto de alargadas trocas de pontos de vista políticos, sendo a sua evolução regularmente revista pelo Conselho de Ministros[3]. A Comissão propôs ainda fazer da modernização das universidades um dos temas prioritários do novo quadro para a cooperação política no domínio da educação e da formação, no âmbito da Estratégia de Lisboa[4].

Um elemento-chave da agenda estabelecida em 2006 era que as universidades deveriam desenvolver parcerias estruturadas com o mundo empresarial por forma a «assumir-se cada vez mais como intervenientes de peso na economia, aptas a responder melhor e mais rapidamente às exigências do mercado e desenvolver parcerias capazes de aproveitar o conhecimento científico e tecnológico». A comunicação sugeria que as empresas podiam ajudar as universidades a redefinir currículos e estruturas de gestão, bem como contribuir para o respectivo financiamento.

Com esta base, a Comissão lançou o Fórum Universidades-Empresas como plataforma europeia de diálogo entre os dois mundos. À primeira reunião do Fórum, realizada em Fevereiro de 2008, seguiram-se ao longo de 2008 três reuniões de trabalho temáticas[5]. Em

---

1 No presente documento, entende-se por «universidades» todas as instituições de ensino superior, independentemente da sua designação e do seu estatuto nos Estados-Membros.

2 COM(2006) 208 final.

3 Para uma síntese de questões e acções empreendidas, ver o COM (2008) 680 de 30 de Outubro de 2008 – Relatório da Comissão ao Conselho relativo à Resolução do Conselho, de 23 de Novembro de 2007, sobre a Modernização das Universidades para a Competitividade da Europa numa Economia Mundial baseada no Conhecimento.

4 COM (2008) 865, de 16 Dezembro 2008: Quadro estratégico actualizado para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação

5 *Continuing Education and Lifelong Learning* (Formação Contínua e Aprendizagem ao Longo da Vida) (Bruxelas, 30 de Junho de 2008); *Curriculum Development and Entrepreneurship* (Elaboração de

Fevereiro de 2009, uma segunda sessão plenária do Fórum reuniu cerca de 400 participantes e, para além de reuniões de trabalho sobre diferentes temas, comportou a recolha de ensinamentos e um debate acerca das futuras orientações possíveis para o trabalho do Fórum.

A enorme afluência verificada nesta sessão de Fevereiro de 2009 é reveladora da importância que as partes interessadas atribuem ao Fórum. Em muitas ocasiões, os participantes referiram-se ao contexto de recessão económica em que a sessão tinha lugar, salientando a premência renovada de estreitar laços entre universidades e empresas como meio de reforçar o triângulo do conhecimento da Europa. A presente comunicação procura responder a este sentimento de premência.

2. FAZER O BALANÇO E AVANÇAR: OBJECTO DA COMUNICAÇÃO

A cooperação entre universidades e empresas envolve duas comunidades com acentuadas diferenças em termos de cultura, valores e missões. Existem por toda a Europa exemplos de cooperação bem sucedida entre ambas as partes, tendo os programas da UE procurado criar parcerias entre os dois domínios, geralmente privilegiando áreas específicas como a investigação ou a mobilidade estudantil[6]. Não obstante, o grau de cooperação permanece muito desigual entre países, universidades e disciplinas académicas. Além disso, a incidência dessa cooperação na gestão ou nas culturas organizacionais dos dois sectores em questão é limitada. Poucas universidades dispõem de uma estratégia de cooperação com as empresas a nível institucional e as que dela dispõem estão concentradas num pequeno número de Estados-Membros. Em muitos países, o quadro normativo e financeiro ainda não incentiva, e pode até inibir, os esforços das universidades para cooperarem com as empresas.

A presente comunicação tem por objectivos:

- Fazer o balanço da experiência adquirida com o primeiro ano do Fórum e com outras actividades pertinentes a nível europeu, sobre os desafios e obstáculos à cooperação entre universidades e empresas, as questões a tratar e as boas práticas e abordagens mais susceptíveis de ser utilizadas. Um documento de trabalho dos serviços da Comissão desenvolve mais pormenorizadamente este aspecto das acções realizadas.

- Fazer propostas para as próximas etapas do trabalho do Fórum.

- Definir acções concretas de seguimento, tendo em vista o reforço da cooperação entre universidades e empresas.

3. QUESTÕES E DESAFIOS

Até à data, as reflexões do Fórum podem resumir-se a seis temas principais. Cada secção inclui uma caixa que destaca um exemplo de boas práticas.

Currículos e Empreendedorismo) (Tenerife, 30-31 de Outubro de 2008); *Knowledge Transfer* (Transferência de Conhecimentos) (Bruxelas, 7 de Novembro de 2008).

6 Para uma descrição dos programas da UE que fomentam parcerias entre ensino superior e empresas, ver a Secção 3 do Documento de trabalho dos serviços da Comissão.

3.1. Novos currículos para a empregabilidade

A competitividade das economias depende cada vez mais da disponibilidade de uma mão-de-obra qualificada e empreendedora. A iniciativa intitulada «Novas Competências para Novos Empregos»[7] veio confirmar que as necessidades da UE em diplomados qualificados e empreendedores vão continuar a aumentar nos próximos anos. Paralelamente, as empresas que participam no Fórum referem um desequilíbrio entre as competências dos diplomados recém-saídos das universidades e as qualificações requeridas pelos empregadores.

O desafio da empregabilidade constituiu, sem dúvida, o tema central do Fórum, sendo objecto de contínuas reflexões.

Houve consenso quanto à necessidade de uma alteração global dos currículos e dos métodos de aprendizagem, bem como quanto à necessidade de:

- incluir competências transversais e transferíveis, para além de noções fundamentais de economia e tecnologia, nos currículos correspondentes a todos os níveis de qualificação, devendo os currículos assumir uma configuração «cruzada», ou seja, assentar na disciplina académica específica e, ao mesmo tempo, interagir e cooperar com parceiros de outros sectores e disciplinas;

- melhorar os métodos de exame, orientando-os mais para a avaliação da aprendizagem e das competências;

- diversificar mais amplamente os perfis de admissão e as abordagens a adoptar na aprendizagem, a fim de explorar talentos provenientes de contextos menos convencionais, incluindo o dos adultos que voltam a estudar;

- reforçar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade dos programas de ensino e de investigação, tendo, a este propósito, os participantes no Fórum feito frequentes referências ao modo como o Instituto Europeu de Tecnologia (IET) irá passar a integrar este tipo de abordagens no seu modo de funcionamento – o que, em seu entender, servirá de exemplo para uma mais alargada instituição das mesmas no ensino superior.

Uma alteração curricular com a amplitude e o ritmo pretendidos só é possível se a estrutura interna das universidades proporcionar um enquadramento adequado e gratificante. A garantia da qualidade interna e os sistemas externos de acreditação deveriam atribuir mais importância à pertinência social e económica dos programas de aprendizagem. As agências de acreditação deveriam incluir representantes dos instruendos, bem como das empresas e da sociedade no seu conjunto.

Algumas agências de acreditação incluem representantes de empresas nas suas instâncias de decisão. É o caso, por exemplo, da ACQUIN na Alemanha, da HETAC na Irlanda ou da CTI em França. Esta última é responsável pelos currículos de engenharia e conta com igual número de representantes académicos e da indústria; as competências transversais e a interacção dos estudantes com a indústria são condições essenciais da acreditação. (Documento de trabalho dos serviços da Comissão, Secção 5.2.4)

[7] COM(2008) 868.

3.2. Incremento do empreendedorismo

Os níveis comparativamente baixos de empreendedorismo na UE[8] põem em causa a capacidade da Europa de fomentar o crescimento e o emprego. Para o ensino superior, o desafio consiste em proporcionar contextos de aprendizagem que promovam a autonomia, a criatividade e uma abordagem empreendedora que tire partido do conhecimento. Um fluxo regular de estudantes e de membros das faculdades que viesse das universidades para as empresas e uma presença constante de empresários e outros profissionais do sector nos meios universitários ajudariam a induzir a requerida alteração de cultura. Neste âmbito, poderá encontrar-se um bom exemplo nos programas de formação pós-universitária, financiados pelas redes de formação inicial Marie Curie, que incidem sobre competências empresariais.

As actuais formas de cooperação com as empresas, como conferências, estágios e trabalhos no quadro de projectos (individuais ou em grupos multidisciplinares) deviam ser alargadas. Consideram-se igualmente válidos os recursos extra-curriculares como, por exemplo, as jovens empresas de consultoria ou os viveiros de empresas que oferecem apoio personalizado a estudantes e pessoal universitários que aspirem concretamente a criar novos projectos empresariais (empresas em fase de arranque ou *spin-off*). Todas estas actividades deviam ser acessíveis aos estudantes logo desde o início dos seus cursos e estar mais fortemente integradas nos currículos escolares.

Considera-se especialmente importante que a formação dos futuros docentes e formadores lhes incuta atitudes positivas e abertura de espírito para com o mundo empresarial enquanto fonte de progresso, emprego e bem-estar.

Eis as principais conclusões:

- O desenvolvimento de uma cultura de empreendedorismo nas universidades requer profundas alterações na gestão e orientação destas últimas.

- A formação em empreendedorismo deve ser global e estar aberta a todos os estudantes interessados, em todas as disciplinas académicas, respeitando a igualdade entre homens e mulheres.

- As universidades deviam associar empresários e outros profissionais do sector ao ensino do empreendedorismo, por exemplo através da criação de disciplinas de professores convidados, a ministrar por empresários destacados.

- De igual modo, professores e docentes deviam ter acesso a uma formação em ensino de empreendedorismo e conhecimento do mundo empresarial.

A rede da International Danish Entrepreneurship Academy (IDEA) fomenta o empreendedorismo entre os estudantes quer do ensino superior quer de outros estabelecimentos de ensino pós-secundário, mediante apoio financeiro, orientação, organização de cursos e criação de oportunidades de contacto. A IDEA é financiada por subvenções estatais, regionais e locais, bem como por fontes privadas. (Documento de trabalho dos serviços da Comissão, Secção 5.5.3)

---

[8] Cf. Documento de trabalho dos serviços da Comissão, Secção 2.3: o *Global Entrepreneurship Monitor 2007* mostra que o empreendedorismo é duas a cinco vezes mais elevado na China que nos países da UE.

3.3. Transferência de conhecimentos: pôr o conhecimento em prática

No que diz respeito à criação de conhecimento, a Europa revela-se produtiva. O desafio consiste, no entanto, em melhorar a utilização e a exploração de investigação e desenvolvimento financiados por fundos públicos. Embora existam vários programas que reforçam as vias pelas quais as capacidades de criação de conhecimento do ensino superior público e da investigação podem trabalhar em conjunto com as empresas para comercializar as inovações, o nível de cooperação estratégica duradoura entre os dois sectores continua a ser demasiado baixo.

As universidades precisam de elaborar estratégias para a gestão profissional da propriedade intelectual, o que as ajudará a cumprir diversos aspectos da sua missão, como o de produzirem efeitos socioeconómicos benéficos para a sociedade e o de atraírem os melhores estudantes e investigadores. A fim de apoiar as universidades e facultar um enquadramento mais coerente para a transferência de conhecimentos, a Comissão adoptou uma recomendação relativa à gestão da propriedade intelectual em actividades de transferência de conhecimentos e ao Código de Práticas destinado às universidades e outras organizações de investigação públicas[9]. Por outro lado, a iniciativa «Responsible Partnering» fornece um guia[10] de melhores práticas para colaboração entre universidades e indústria em matéria de investigação e transferência de conhecimentos.

Resumindo:

- A transferência de conhecimentos entre universidades e empresas funcionará melhor se houver um enquadramento geral de cooperação e compreensão mútua, que envolva parcerias, projectos conjuntos e intercâmbios de pessoas.

- As universidades deviam assegurar a interdisciplinaridade; as soluções monodisciplinares raramente dão resposta aos problemas do mundo real.

- As universidades e as instituições públicas de investigação deviam definir uma estratégia de longo prazo clara para a gestão dos direitos de propriedade intelectual.

- Há que superar as dificuldades especiais com que as PME se defrontam se quiserem entrar em parcerias com as universidades. As universidades devem abrir-se às PME. Para as universidades, o facto de terem acesso a uma instância de transferência de conhecimentos ou de a possuírem irá facilitar a cooperação com as PME, já que elas são um portal e uma interface entre as universidades e o sector privado.

A Universidade de Twente (PB) gere um parque de conhecimentos e de viveiros de empresas que reúne os conhecimentos provenientes da universidade e da comunidade empresarial regional. Aqueles que desejem criar uma empresa recebem um apoio personalizado por intermédio do programa TOP (*Tijdelijke Ondernemers Plaatsen*) da universidade, que oferece também um programa para o crescimento, dirigido aos proprietários de empresas. Ambos

[9] COM(2008) 1329.

[10] http://www.responsible-partnering.org/; iniciativa criada por importantes associações do mundo académico e da indústria (EUA, EARTO, EIRMA e ProTon Europe).

estes programas incluem módulos de formação e actividades de entrada em rede. (Documento de trabalho dos serviços da Comissão, Secção 5.6.1)

3.4. Mobilidade: além-fronteiras e entre empresas e universidades

Não obstante existam diversos exemplos de êxito no que diz respeito a estágios de estudantes em empresas, programas de mobilidade entre a indústria e o meio académico ao abrigo do Sétimo Programa-Quadro e trabalhos desenvolvidos por universidades e pela indústria em projectos de colaboração, o nível global de contacto, interacção e mobilidade entre os dois sectores mantém-se extremamente baixo. Os estágios, os programas de mobilidade de investigadores e os projectos de colaboração, que permitem que os estudantes trabalhem numa ou com uma empresa, sozinhos ou em grupos interdisciplinares, deviam passar a integrar os programas de aprendizagem de todas as disciplinas e comportar créditos do Sistema Europeu de Transferência de Créditos Académicos (ECTS: *European Credit Transfer System*).

A mobilidade devia também envolver o corpo académico e os gestores das universidades, possibilitando, assim, a constituição das redes a partir das quais os futuros estágios, empregos e projectos de estudantes poderiam ser desenvolvidos. A confrontação directa do pessoal com a realidade empresarial ajudaria a compreender e antecipar as necessidades mutáveis da indústria em matéria de formação e inovação. Subsistem, contudo, sérios obstáculos jurídicos e administrativos à mobilidade do pessoal universitário para o mundo empresarial, relacionados, por exemplo, com a segurança social e os regimes de pensões[11].

Em sentido inverso, uma maior implicação das empresas nos conselhos de direcção das universidades, nos programas de investigação, nas comissões de admissão, na concepção dos currículos escolares, nos cursos ministrados e nos sistemas de garantia de qualidade pode melhorar significativamente o ensino, a investigação e a inovação. Também esta implicação, por sua vez, continua a ser limitada em muitos países por razões jurídicas ou culturais.

Para se progredir, importa que:

- o valor da mobilidade, em todas as suas formas e a todos os níveis, seja promovido e reconhecido pelo mundo académico e pelo mundo empresarial; as PME, em especial, deviam ter maior participação em programas de estágio;
- os quadros normativos sejam adaptados para apoiar e facilitar a mobilidade entre universidades e empresas;
- a mobilidade dos universitários, dos investigadores e dos estudantes para as empresas seja reconhecida e acreditada.

Em Valência, a ADEIT[12] é uma organização cujo objectivo específico é aproximar a universidade do seu ambiente social. Os seus esforços centram-se na organização de estágios de estudantes universitários em organizações ou empresas. A ADET coloca, assim, 1500 estudantes por ano em empresas e forma os conselheiros de estágio junto das partes. Ocupa-se

[11] COM(2008) 317: «Melhores carreiras e mais mobilidade: uma parceria europeia para os investigadores».

[12] http://www.adeit.uv.es

também de destacamentos de professores para empresas por períodos que podem atingir 100 horas. (Documento de trabalho dos serviços da Comissão, Secção 5.4.4)

3.5. Abrir as universidades à aprendizagem ao longo da vida

Melhorar a empregabilidade não diz respeito apenas àqueles que entram no mercado do trabalho: a modernização das competências dos que nele já se encontram constitui um desafio igualmente importante[13], e ainda mais importante no actual contexto de crise em que as perdas de postos de trabalho vão aumentando. A análise dos progressos conseguidos no programa de trabalho «Educação e Formação 2010» mostra que a taxa de participação de adultos na aprendizagem ao longo da vida[14] está a crescer com demasiada lentidão e só em certos Estados-Membros.

Num tempo em que o número de estudantes pode muito bem começar a declinar por razões demográficas, a formação contínua poderia representar uma oportunidade potencial de importância crucial para as universidades. Ainda assim, as universidades abrem-se tão-só a uma parte muito restrita do mercado da formação contínua. Impõe-se uma reorientação global no sentido da oferta de aprendizagem ao longo da vida.

A Carta das Universidades Europeias sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida[15], adoptada pela Associação Europeia de Universidades (AEU), foi apresentada e debatida no Fórum. Este documento estabelece 10 compromissos para as universidades, incluindo um mais amplo acesso à aprendizagem, a diversificação da população estudantil e o aumento da capacidade de atracção do estudo, bem como a aprendizagem ao longo da vida num enquadramento de qualidade e a um mais forte nível local, regional, nacional e internacional.

A formação contínua requer uma estreita colaboração entre universidades e empresas, que permita identificar a procura de novas/actualizadas competências a nível local e regional e dar-lhe resposta. É de importância capital que:

- a aprendizagem ao longo da vida seja plenamente integrada nas missões e estratégias das universidades;
- a actualização/modernização de competências seja valorizada e reconhecida pelos empregadores no mercado do trabalho;
- a aprendizagem ao longo da vida seja desenvolvida em parceria com empresas, já que as universidades não podem concebê-la e proporcioná-la sozinhas.

Na Suécia Ocidental, três universidades organizam cursos à distância «por medida» para trabalhadores de PME, como meio de incentivar a competitividade destas empresas e da região no seu conjunto. Os cursos versam questões essenciais para as PME, como a melhoria das técnicas de produção, a economia, a logística, a criação de produtos e a gestão total da produção. A maioria dos empregados que frequentam estes cursos já tem 40 anos e não tinha

---

13 COM(2008) 868 final: «Novas Competências para Novos Empregos».

14 *Progress towards the Lisbon objectives in Education and Training – indicators and benchmarks 2008*, Documento de trabalho dos serviços da Comissão Europeia - SEC(2008) 2293.

15 *European Universities' Charter on Lifelong Learning, 2008*; ISBN: 9789078997009, EUA; www.eua.be

seguido estudos de nível universitário anteriormente. (Documento de trabalho dos serviços da Comissão, Secção 5.3.2)

3.6. Melhor gestão das universidades

O Fórum centrou-se na gestão de nível nacional, regional e institucional como condição prévia para uma colaboração eficaz entre universidades e empresas.

A nível nacional, haverá que introduzir alterações na legislação, nas modalidades de financiamento e nas estruturas de incentivo, consideradas pouco favoráveis ou, por vezes, mesmo desfavoráveis à cooperação entre universidades e empresas. Essa cooperação deve fazer parte da estratégia global das universidades e inserir-se nos seus planos de desenvolvimento e definição de objectivos. O trabalho de colaboração com a indústria devia ser considerado tão importante para o avanço nos estudos e o reconhecimento dos méritos como outros trabalhos universitários como a publicação de obras ou artigos.

As organizações intermediárias ou as associações de empresas desempenham um papel importante, porque podem constituir uma boa interface entre as universidades e as empresas, designadamente as PME. Além disso, existem diversos organismos ou agências de nível europeu, nacional ou regional que também apoiam a cooperação entre universidades e empresas, podendo revelar-se estruturas eficazes para fazer evoluir a situação no bom sentido.

No Reino Unido, o Council for Higher Education and Industry (CIHE) trata de questões de aprendizagem com incidência na competitividade e na coesão social do país e tenta fomentar uma maior colaboração e compreensão entre empresas e ensino superior. Na Alemanha, a Stifterverband für die Deutsche Wissenschaft age como iniciativa do conjunto da indústria para apoiar a investigação e o ensino superior, estabelecendo ligações entre universidades e instituições não universitárias de investigação, entre ciência e indústria, e incentivando a criação de um espaço europeu único de educação e investigação. Em Espanha, a Fundação Conocimiento y Desarrollo (CYD) tem por objectivo melhorar a administração, a responsabilização e a gestão das universidades, estreitar os laços entre o sistema produtivo das universidades e a sociedade e promover a cultura do empreendedorismo e da inovação entre os professores e os estudantes universitários. (Documento de trabalho dos serviços da Comissão, Secção 5.1.1)

A cooperação eficaz entre universidades e empresas é considerada um factor especialmente importante para o desenvolvimento regional[16]. O êxito de numerosas regiões inovadoras nos Estados Unidos e na Europa teve por base uma parceria triangular para a orientação política e o financiamento, que envolveu universidades, empresas e poderes públicos.

Na Finlândia, o programa e-Tampere estabelece a ponte entre o que a cidade de Tampere projecta para 2012, várias PME e empresas maiores, e duas universidades, tendo lançado cerca de 400 projectos locais, regionais, nacionais e internacionais assentes numa cooperação alargada entre a investigação universitária, as empresas e os poderes públicos, na perspectiva da tecnologia, da economia e da sociedade. (Documento de trabalho dos serviços da Comissão, Secção 6.1)

Principais conclusões:

[16] *Higher Education and Regions: Globally Competitive, Locally Engaged* (OCDE 2007).

- As condições nacionais e regionais de enquadramento devem proporcionar um ambiente que propicie às universidades a cooperação com as empresas.

- A cooperação entre universidades e empresas tem de inserir-se em estratégias institucionais; a liderança e uma gestão eficaz dos recursos humanos são cruciais para a sua concretização.

- Há que garantir a instituição de sistemas de incentivo e avaliação adaptados à missão, ao papel e à estratégia das universidades.

4. ACÇÕES FUTURAS

No espaço de um ano, os trabalhos do Fórum já conseguiram importantes resultados. A Comissão saúda a riqueza das ideias avançadas e a qualidade da reflexão desenvolvida. Inspirar-se-á no trabalho realizado para avançar na promoção da modernização das universidades europeias, através da cooperação política e de iniciativas ao abrigo dos seus programas.

A Comissão propõe dois tipos de acções futuras neste âmbito. Em primeiro lugar, em resposta ao desejo, claramente expresso pelos participantes no Fórum, de prosseguir e aprofundar os trabalhos, definiu-se um programa de trabalho para o futuro. Em segundo lugar, o Fórum identificou um certo número de questões e potenciais linhas de acção a que, logo que possível, se prestará atenção, nomeadamente no contexto da actual recessão económica, tendo em vista melhorar a parceria universidades-empresas no que se refere à empregabilidade. Propõe-se uma série de acções concretas.

Prosseguir o diálogo

- O Fórum manterá a sua estrutura constituída por sessões plenárias e seminários temáticos. Adicionalmente, criar-se-á um sítio web para partilha e divulgação de experiências e para comunicação em geral.

- Até ao momento, o Fórum conseguiu mobilizar representantes do mundo universitário e do mundo empresarial, incluindo organizações intermediárias e associações de empresas. A parceria requer igualmente a participação activa do Estado e das autoridades regionais. Na próxima fase, importará, assim, que a mobilização dos representantes das instâncias públicas pertinentes seja maior.

- Com base no diálogo desenvolvido até à data e no trabalho em curso noutros domínios, deverão debater-se as seguintes questões:

– a garantia de que o mundo universitário dá efectivamente resposta à iniciativa «Novas Competências para Novos Empregos» e aos desafios que a recessão económica comporta;

– as parcerias para o desenvolvimento regional;

– as parcerias com as PME;

– a diversificação dos métodos de aprendizagem e a aproximação entre os diversos tipos de ensino superior;

– a garantia de qualidade e a acreditação como instrumentos de apoio à cooperação universidades-empresas.

- Têm-se observado frequentes manifestações de interesse por estes trabalhos, vindas de fora da UE. O Fórum devia, pois, estar mais explicitamente aberto a intervenientes extracomunitários (na prática, muitas empresas internacionais já participaram) e prestar no futuro uma maior atenção aos ensinamentos que possam colher-se dos países parceiros. Nos seus contactos com as autoridades públicas pertinentes dos países parceiros, a Comissão divulgará o trabalho do Fórum e convidá-las-á a nele participar.

Criação de novas parcerias

- O Fórum apelou à criação de novas formas de parceria estruturada entre as empresas e as universidades para a concepção e a organização de cursos. Tais parcerias reflectiriam as estruturas instituídas no âmbito das plataformas tecnológicas, dos regimes Marie Curie de parcerias e pontes entre as empresas e as universidades ao abrigo do Sétimo Programa-Quadro e das Comunidades de Conhecimento e Inovação (CCI) no âmbito do IET. A Comissão propõe que se analise sem tardar de que modo essas parcerias poderiam ser apoiadas por programas da UE adequados, tendo em vista o lançamento, em 2010, de convites à apresentação de propostas para a realização de acções exploratórias integradas no programa de aprendizagem ao longo da vida.

- No Fórum, as empresas levantaram diversas vezes a questão do alargamento do âmbito da plataforma de diálogo a outras áreas de ensino e formação – designadamente, a escolas secundárias e instituições de ensino e formação profissional. É evidente que as empresas podem contribuir significativamente para o ensino do empreendedorismo, por exemplo[17]. A Comissão examinará de que modo os programas existentes – por exemplo, os programas Leonardo da Vinci e Comenius – e as iniciativas como a *European Schoolnet* podem ser utilizados para associar empresas e estabelecimentos de ensino em parcerias educativas, e como promover a cooperação através de um organismo europeu de coordenação. A Comissão tenciona convidar as partes interessadas a explorar futuras possibilidades de cooperação entre empresas, estabelecimentos de ensino e instituições de ensino e formação profissional numa conferência ou seminário a organizar no Outono.

- O desenvolvimento do diálogo entre as universidades e as empresas a nível da UE devia fomentar um diálogo similar a nível nacional e regional. No contexto da sua cooperação política com os Estados-Membros em matéria de educação e formação, a Comissão irá incentivar as autoridades nacionais a criarem estruturas de diálogo do mesmo tipo à escala nacional e examinará a maneira como os fundos estruturais poderão ser usados para apoiar iniciativas regionais nesta área.

- A Comissão lançará um estudo a fim de elaborar um inventário das melhores práticas existentes no domínio da cooperação entre universidades e empresas.

---

[17] A Comissão está neste momento a constituir um grupo europeu de reflexão de alto nível sobre formação em empreendedorismo, que reúne representantes de todos os Estados-Membros e dos países do EEE, para apoiar a definição de abordagens mais coerentes.

Chegou a altura de dar um novo e forte impulso à cooperação entre universidades e empresas. Em tempo de recessão económica, em que os diplomados sentem maiores dificuldades em arranjar emprego e as empresas estão expostas a uma concorrência mais premente, o valor acrescentado económico e social da colaboração entre universidades e empresas deverá tornar essa colaboração ainda mais prioritária.